

**XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA
Salvador (BA), 07 a 10 de dezembro de 2010**

Área 1: Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO *APPROCHE* ACADÊMICO SOBRE O RURAL
BRASILEIRO***

Angélica Massuquetti**

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar as condições sociais e materiais de construção da produção do conhecimento acadêmico sobre o rural brasileiro. A partir de uma revisão bibliográfica, constatou-se que esta produção do conhecimento foi viabilizada por meio da criação, da expansão e da consolidação das instituições de ensino e dos centros de pós-graduação no Brasil. A temática rural surgiu como um tema de investigação específico para a compreensão da singularidade do processo de transformação da sociedade brasileira. A existência de um conjunto de pesquisadores e da produção dessas pesquisas confirma o interesse dos mesmos, bem como de instituições de financiamento dessas investigações, na construção de um espaço de reflexão sobre o rural brasileiro.

Palavras-chave: rural; campo acadêmico; produção do conhecimento.

Abstract: This paper analyses the social and material conditions of the construction of the academic knowledge concerning the rural Brazil. Based on a bibliography review, it was possible to identify that the knowledge production was possible by the creation, expansion and consolidation of the educational institutions and the graduation centers in Brazil. The subject rural became an issue of specific investigation to comprehend the singularity of the transformation process of the Brazilian society. The existence of a group of researchers and the production from this research confirms their interest, as well as the institutions that finance this research in the construction of a space of reflections on rural Brazil.

Key-words: rural; academic field; knowledge production.

JEL: B29; B49; A12.

* A autora agradece as contribuições de Leonilde Servolo de Medeiros e o apoio financeiro da CAPES.

** Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Endereço eletrônico: angelicam@unisinos.br

1 INTRODUÇÃO

O campo acadêmico, no Brasil, foi institucionalizado por meio da criação, da expansão e da consolidação das instituições de ensino e dos centros de pós-graduação. O processo de construção deste ambiente científico, bem como o seu distanciamento das práticas ensaístas e explicitamente políticas, está diretamente ligado ao aporte das missões estrangeiras, sobretudo a francesa, e ao amadurecimento teórico-metodológico nacional. A institucionalização de um conjunto de elementos no espaço acadêmico – como os cursos de graduação e de pós-graduação, os projetos de pesquisa, os eventos científicos, as associações científicas, a produção do conhecimento etc. – foi possibilitada pelos recursos do Estado e de instituições privadas. Desta forma, as universidades e as agências de financiamento criaram as condições sociais e materiais que permitiram a evolução do campo acadêmico brasileiro, como indicou Sigaud (1992). Os centros de produção do conhecimento tornaram-se responsáveis pela implementação de dinâmicas científicas que conseguiram gerar a reprodução de investigadores e de investigações articuladas por diferentes objetos e por diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

É exatamente nesse contexto de autonomização do campo acadêmico que o rural logo surge como um tema de investigação específico para a compreensão da singularidade do processo de transformação da sociedade brasileira. A existência de um conjunto de pesquisadores e da produção dessas pesquisas confirma o interesse dos mesmos, bem como de instituições de financiamento dessas investigações, na construção de um espaço de reflexão sobre o rural, num sentido amplo, e de temas específicos, como a modernização e a industrialização agrícola, o financiamento agrícola, a questão agrária, entre outros.

A construção do objeto e a escolha e operacionalização de determinadas matrizes teóricas, pelos pesquisadores da temática rural, estão estreitamente ligadas a uma rede de relações determinadas por correntes de pensamento, afinidades teóricas e fontes de influências inerentes ao campo acadêmico. O emprego das matrizes explicativas na constituição deste campo do conhecimento no país dependeu do intercâmbio teórico e metodológico entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores estrangeiros, estes pertencentes a instituições com orientações teóricas mais consolidadas.

O conhecimento deste campo acadêmico auxilia na compreensão das razões para a adoção de determinadas matrizes explicativas. As respostas podem ser obtidas por intermédio da análise do processo de constituição das ciências sociais aplicadas e das ciências sociais no Brasil, com a influência de linhas teóricas específicas na formação científica nacional e, conseqüentemente, na constituição da forma de pensar dos pesquisadores brasileiros ao longo do tempo, como será explicitado neste artigo. Com tal intuito, este artigo compreende mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda delas, é apresentada a constituição do campo acadêmico dessas ciências no Brasil. Na terceira são expostas as principais influências teóricas e problemáticas presentes nesse campo acadêmico. Já a quarta seção detalhará como o rural torna-se um objeto de estudo na academia. Finalmente, a última seção apresenta as considerações finais.

2 A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ACADÊMICO

O pensamento social brasileiro no final do século XIX, segundo Fernandes (1977), longe de ser amparado no chamado pensamento científico¹, estava intimamente ligado ao Direito, à Literatura e aos assuntos do Estado. Já no início do século seguinte, começou a voltar-se para a produção de explicações das “condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira”. Azevedo (1962) afirmou que precursores dos estudos sociais no Brasil foram formados, praticamente, pelo autodidatismo. A partir dos anos trinta, os fenômenos sociais passaram a ser analisados através da pesquisa científica sistemática desenvolvida no espaço acadêmico nacional. Em relação à Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, de acordo com Fernandes (2006, p. 13), o nível acadêmico elevado, explicado pela presença dos professores estrangeiros a partir da década de 1930, dividia espaço com um determinado grau de autodidatismo, como é possível constatar neste trecho: “Aquela universidade foi implantada em meio

¹ O autor referiu-se ao pensamento científico como aquele gerado no campo acadêmico em oposição à produção ensaística.

mais ou menos agreste, exigindo uma base e uma tradição que nós não tínhamos. E a consequência foi que todos tínhamos que improvisar, uns mais, outros menos”.

Apesar da importância do conhecimento social sobre o Brasil, anterior ao processo de institucionalização dessas ciências, optou-se por localizar no centro deste artigo as pesquisas elaboradas, principalmente, no espaço de instituições ligadas ao ensino superior no país². A determinação destes limites justifica-se a partir do momento em que um aspecto torna-se fundamental no desenvolvimento desta análise: a interação com o campo acadêmico dos países desenvolvidos através da vinda de missões estrangeiras, das influências teóricas e da escolha de determinados objetos de investigação e de fontes externas de financiamento.

Azevedo (1962) afirmou que, ao longo da década de 1930, ocorreram mudanças políticas, econômicas e institucionais no Brasil, como a modernização no sistema educacional nacional, com o intuito de preparar os cidadãos para a nova dinâmica do país, e a institucionalização dessas ciências no Brasil. Com o deslocamento do centro de poder político e econômico do meio rural para as cidades, novas relações sociais foram determinadas fora do contexto tradicional. Neste novo ambiente, os indivíduos passariam a ter novas aspirações e não seria por acaso que as universidades seriam fundadas, já que este era um espaço de desenvolvimento intelectual. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e a aprovação de uma série de decretos, no ano seguinte, dirigidos para a promoção da reforma do ensino secundário e universitário marcaram o interesse de uma preparação técnica e profissional para os cidadãos brasileiros. Estes decretos, que constituíram o cerne da Reforma Francisco Campos, criaram o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (iniciando as atividades somente em 1934), instituíram o Estatuto das Universidades Brasileiras (dispondo sobre a organização do ensino superior e adotando o regime universitário) e dispuseram sobre a organização do ensino secundário, entre outros (REFORMA, 1974). Naquele momento, havia a necessidade de um profissional capaz de compreender a sociedade brasileira e de pensar formas de superação dos obstáculos no caminho do desenvolvimento. O objetivo era “[...] formar pessoas capazes de produzir a ‘solução racional’ para os problemas brasileiros. Ao se dizer ‘solução racional’, queria se dizer solução baseada na razão, na ciência” (OLIVEIRA, 1991, p. 53), que seriam, de acordo com a autora, professores, técnicos, assessores e consultores.

Para os impulsionadores desta mudança, de acordo com Almeida (1987), o caráter moderno que a sociedade brasileira deveria assumir a partir deste período seria alcançado com a formação de uma nova elite, envolvida na constituição política desta nova nação, e da formação básica dos cidadãos. Além da criação dessas instituições de ensino superior no Brasil, existiram outros esforços para a formação de profissionais e para a institucionalização dessas ciências no país, como, por exemplo, o ensino da Sociologia nas escolas secundárias. Estes esforços contribuíram no sentido de eleger as principais indagações, autores e obras que serviram de fundamento para o seu desenvolvimento. Os primeiros livros introdutórios desta ciência – os primeiros manuais – eram destinados ao ensino nas escolas e foram publicados no Brasil, principalmente, a partir dos anos trinta, transformando-se em clássicos no seu ensino, como: *Lições de Sociologia*, de Achiles Archerio Júnior; *Princípios de Sociologia e Sociologia Educacional*, de Fernando de Azevedo; *Programa de Sociologia e Introdução à Sociologia*, de Amaral Fontoura; *Fundamentos de Sociologia*, de Carneiro Leão; e *Sociologia*, de Gilberto Freyre (MEUCCI, 2000). Esta produção representou as primeiras experiências de sistematização do conhecimento social, com seus temas, problemas e conceitos, métodos e procedimentos. De acordo com a autora, estes “pioneiros autores de sínteses didáticas” eram na sua maioria formados em Direito. Era predominante, mesmo assim, a utilização de autores estrangeiros, sobretudo franceses, mas também de outras origens, no ensino desta disciplina no país, como os seguintes cientistas indicados por Meucci (2000) em seu estudo: Gabriel Tarde, Célestin Bouglé, P. Bureau, Émile Durkheim, P. Roux, René Maunier, Leopold Von Wiese, Gumplowicz, Herbert Spencer, Vilfredo Pareto, G. Palantes. Além dos livros, os dicionários, as coletâneas de textos e os periódicos também foram responsáveis pela propagação do conhecimento social. Alguns exemplos foram apresentados pela autora e neles é possível perceber que determinados autores se

² Para uma visão dessas ciências no período anterior à sua institucionalização nos anos trinta, ver Azevedo (1962) e Fernandes (1977).

repetem, como é o caso de Emílio Willems, por exemplo, revelando a sua participação na divulgação do conhecimento dessas ciências.

As atividades de ensino e de pesquisa, nos cursos universitários, marcaram uma nova fase da produção desse conhecimento no Brasil, de acordo com Azevedo (1962). Até o final dos anos cinquenta, no entanto, essas ciências brasileiras dificilmente poderiam ser pensadas a partir de uma diferenciação disciplinar³. Segundo Miceli (1989) e Peirano (1991), o caráter transdisciplinar da matriz dessas ciências impedia o arrolamento separado dos conteúdos dos currículos, das linhas de investigação, das metodologias aplicadas e dos principais temas que provocavam interesse e investimentos. Este fenômeno emergiu com a expansão dos centros de pesquisa, dos cursos de pós-graduação e também do crescimento da produção do conhecimento nesta área a partir da década de 1960. Fábio Wanderley Reis afirmou que, neste momento de implantação da pós-graduação no país, estava-se vivenciando, no campo acadêmico internacional, um período comprometido com a “constituição de uma ciência rigorosa da sociedade” (REIS, REIS e VELHO, 1997). O intenso intercâmbio internacional entre os professores estrangeiros e o afluxo de estudantes brasileiros aos programas de pós-graduação no exterior permitiram a incorporação do “[...] impulso renovador e o empenho de apuro teórico e metodológico que se davam nos centros mais avançados” (REIS, REIS e VELHO, 1997). A permanência de professores e de pesquisadores estrangeiros nas principais universidades brasileiras, como na USP e na Universidade do Distrito Federal (UDF), situada no Rio de Janeiro, por exemplo, assentou o conjunto de referenciais teóricos e de temas de pesquisa que auxiliariam a formar a base dos pesquisadores brasileiros, constituindo, a partir dos anos sessenta, um corpo de pesquisadores nacionais⁴.

A importação de referenciais teóricos, com a vinda de missões estrangeiras, passou a dividir espaço com uma produção do conhecimento que começava a estabelecer as bases interpretativas a respeito da sociedade brasileira a partir dos centros de ensino e de pesquisa constituídos por pesquisadores brasileiros. Os estudos produzidos, dessa maneira, constituíram-se como referencial de investigações que ocorreram nos anos seguintes nos diversos cursos de pós-graduação dispersos pelo país. Esse processo de difusão do conhecimento acadêmico foi decisivo na formação do campo de reflexão sobre o rural no Brasil.

3 AS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E AS PROBLEMÁTICAS

A estruturação da USP, surgida em 1934, e da UDF, criada em 1935, transformando-se em Universidade do Brasil em 1939, por exemplo, apenas foi possível com a vinda das missões acadêmicas estrangeiras para o país. Para Neiburg (2002, p. 169), a integração do Brasil à história dessas ciências ocorreu de modo singular, como afirmou em seu estudo: “As elites sociais e intelectuais do país ofereciam aos grandes centros internacionais a oportunidade de conhecer universos sociais e culturais complexos (sociedades amazônicas, relações raciais, modernização). Em troca, os pesquisadores estrangeiros que vieram estudar tais universos participaram da institucionalização das ciências sociais no país”. A missão francesa, integrada à USP nos anos trinta, é um importante exemplo deste processo descrito pelo autor.

As influências teóricas sobre as instituições paulista e carioca eram similares: na USP e na UDF, a influência do pensamento social francês⁵. A prática profissional e a imagem da profissão geradas na USP e na UDF, contudo, eram distintas: a primeira tinha o objetivo de preparar os docentes para atuação no ensino secundário; já a segunda, por sua vez, não pretendia apenas gerar profissionais, mas produzir as bases intelectuais do Brasil. As duas instituições estavam envolvidas, todavia, num projeto conjunto que era promover o conhecimento considerado imprescindível para o desenvolvimento do país. A criação de espaços de divulgação das pesquisas realizadas nestas instituições marcou o empenho dos produtores

³ A separação das disciplinas sociais é fruto, de acordo com Elisa Reis, da institucionalização profissional (REIS, REIS e VELHO, 1997).

⁴ O valor desta interação com o campo acadêmico estrangeiro foi descrito por Fernandes (1977).

⁵ Estas influências na constituição dessas ciências poderiam ser justificadas pela presença de professores estrangeiros no início do processo de fundação dos cursos no Brasil (VILLAS BÔAS, 1997).

desse conhecimento na compreensão da sociedade brasileira e uma preocupação com o caráter científico dessa produção (PEIXOTO e SIMÕES, 2003). Os cursos superiores também contavam com os manuais de outros países que chegavam juntamente com as missões estrangeiras vindas, principalmente, da França e dos Estados Unidos (MEUCCI, 2000).

A contribuição desses pesquisadores e professores estrangeiros no preenchimento dos espaços de ensino e de pesquisa, ainda insuficientes na formação científica nacional, foi destacada por Queiroz (1990). De acordo com a autora, a influência teórica desses professores estrangeiros foi mais significativa até meados do século XX em razão da permanência dos mesmos por períodos mais longos do que aqueles que chegaram após esta fase. Estes últimos tinham a missão de atualizar o conhecimento dos pesquisadores nacionais. Segundo Queiroz (1990), alguns cientistas estrangeiros que permaneceram por mais tempo no Brasil e que exerceram uma significativa influência na formação dessas ciências no país foram Pierre Monbeig, Jacques Lambert e Roger Bastide. Dentre os intelectuais brasileiros que haviam contribuído para o desenvolvimento de uma produção a respeito dos problemas sociais e culturais do país, anterior à criação do campo das pesquisas nas universidades, poder-se-ia citar Euclides da Cunha, Sylvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues, Manoel Querino e Manoel Bonfim, além de outros ao longo da década de 1930, como Gilberto Freyre e Artur Ramos. A forma como os mestres franceses utilizaram esta produção brasileira do conhecimento foi distinta, como descreveu Queiroz (1990). A autora justificou essas diferenças em razão do distinto nível de integração destes estudiosos na sociedade brasileira, sendo possível perceber que o grau de envolvimento com os problemas nacionais foi maior no caso de Roger Bastide. Outro aspecto que poderia complementar a identificação dessas diferenças seria a formação teórica de cada autor, que orientava as investigações desenvolvidas no Brasil.

As relações acadêmicas estabelecidas entre o Brasil, de um lado, e a Europa e os Estados Unidos, de outro, também foram retratadas por Pontes (1990)⁶ através dos estudos dos pesquisadores estrangeiros sobre o Brasil⁷, editados no país na forma de livros a partir dos anos trinta. Ao contrário dos autores estrangeiros editados no Brasil no período anterior à década de 1930, escritores de narrativas inseridas ou não no campo científico, os pesquisadores que tiveram o Brasil como objeto de estudo, a partir deste período, também estavam envolvidos no projeto de criação e de implementação dessas ciências brasileiras num campo institucionalizado. De acordo com Pontes (1990), seis autores foram responsáveis por praticamente a metade dos livros publicados entre 1930 e 1968: Roger Bastide, Emílio Willems, Donald Pierson, Pierre Monbeig, Charles Wagley e Herbert Baldus. O estudo da autora apresenta um conjunto de autores, de períodos, de temas e de tipos de pesquisa e esses dados são relevantes, pois permitem demonstrar a preocupação destes autores com a diversificação de estudos sobre o país e a articulação dos espaços acadêmicos nacional e internacional através dos projetos de pesquisa. A presença desses professores e pesquisadores na formação das instituições acadêmicas, de periódicos científicos nessas áreas e de programas de pós-graduação foi determinante na constituição da pesquisa acadêmica no Brasil, como também indicaram Limongi (1987, 1989), Corrêa (1988) e Queiroz (1990).

Segundo Azevedo (1962), alguns outros professores estrangeiros que contribuíram na formação dos pesquisadores brasileiros nas instituições paulistas foram Horace Davis, Samuel Lowrie e Donald Pierson, americanos; Alfred Reginald Radcliffe-Brown, inglês; Paul Arbousse-Bastide, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Georges Gurvitch, franceses. De acordo com Melatti (1984), a presença de mestres estrangeiros no corpo docente da academia, durante o início do processo de institucionalização dessas ciências, foi mais significativa em São Paulo. No Rio de Janeiro, Jacques Lambert, francês, foi uma importante personalidade também destacada por Azevedo (1962). O autor indicou que estes professores estrangeiros, “[...] apoiados por professores brasileiros, sopraram, nesse domínio de estudos, o

⁶ A autora, por meio desta investigação, delineou “[...] em primeiro lugar, as redes acadêmicas e institucionais dos estrangeiros com o Brasil; em segundo, as alterações temáticas e metodológicas verificadas no interior dessa produção; em terceiro, uma compreensão mais globalizante dos estrangeiros e da influência de seus estudos [...]; por fim, pela comparação entre os diversos tipos de estrangeiros, é possível caracterizar melhor o fenômeno do brasilianismo” (PONTES, 1990, p. 46).

⁷ O volume significativo da produção estrangeira a respeito do Brasil, principalmente americana, ocorreu pela ampliação do interesse pelo país como objeto de estudo por algumas razões, como foi apresentado por Pontes (1990) e Miceli (1990): a) o interesse pelos países latinoamericanos, no aspecto sociocultural, em razão da Revolução Cubana; b) a criação de diversos programas de pós-graduação interessados nos estudos latinoamericanos; c) a criação do *Latin American Studies Association* (LASA) em 1965; e d) os investimentos da Fundação Ford em pesquisas na América Latina.

primeiro movimento de resistência contra o diletantismo, a superficialidade e o espírito de improvisação” (AZEVEDO, 1962, p. 130). A USP tornou-se, de acordo com Pontes (1990), um centro de atuação docente de um número significativo de pesquisadores estrangeiros, reunindo também um grande volume de estudantes. O espaço de pesquisa também era beneficiado pelas relações estabelecidas entre os pesquisadores estrangeiros e as instituições de financiamento, como foi o caso de Donald Pierson, que era o representante da *Smithsonian Institution* no Brasil e de Alfred Métraux, que era o mediador entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a instituição paulista.

Esse conjunto de pesquisas, segundo Pontes (1990, p. 49), diferenciava-se da produção ensaística, pois era uma investigação da realidade e não um “ponto de vista”: “O país, ao deixar de ser pensado por meio de reflexões globalizantes, cinde-se em realidades multifacetadas que, estas sim, precisam ser explicadas, isto é, pesquisadas. Os estrangeiros, nesse novo contexto de produção intelectual, são os principais artífices desta segmentação”. Neste caminho, os estudos de comunidades do Brasil, como foram realizados no livro de Emílio Willems, *Cunha – Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, de 1947, refletem a produção dos anos quarenta e cinquenta. Ou seja, uma preocupação, como já havia indicado Donald Pierson, com as sociedades particulares que estava presente na sociedade brasileira. Charles Wagley foi outro representante desse modo de investigação, sustentado em pesquisas empíricas (PONTES, 1990). Os estudos de comunidades, segundo Peixoto e Simões (2003), revelam o interesse por temas brasileiros e a inexistência de fronteiras nas ciências sociais aplicadas e nas ciências sociais, já que compartilhavam temas de estudo e referenciais teóricos. Tratados como “culturalistas” para os pesquisadores envolvidos com questões ligadas ao desenvolvimento do país, estes estudos deveriam abordar as relações entre as condições econômicas e socioculturais nas comunidades, mas também na sua relação com a sociedade mais ampla. Ou seja, apenas desta forma seria possível compreender as mudanças sociais em curso na sociedade brasileira.

Se Emílio Willems e Donald Pierson influenciaram os pesquisadores brasileiros através de uma perspectiva de produção acadêmica com forte sustentação em investigações empíricas, característica de um modelo americano de ciência, Roger Bastide, por outro lado, não teve apenas uma inserção no campo teórico, mais comum no modelo francês. A permanência prolongada de Roger Bastide no país e o seu profundo interesse e pesquisa sobre a realidade e a cultura brasileira influenciaram, significativamente, as primeiras gerações de pesquisadores brasileiros (PONTES, 1990). A inserção dos pesquisadores estrangeiros nas instituições de ensino superior no Brasil, portanto, teve o objetivo de auxiliar, por um lado, no processo de institucionalização dessas ciências no Brasil e, por outro, no processo de construção de um conhecimento teórico e empírico, quando, neste caso, gerou-se uma produção acadêmica sobre o Brasil.

Ao analisar a produção acadêmica relacionada com a formação da sociedade brasileira⁸, Ianni (1989) conseguiu identificar três núcleos dominantes de problemas que estavam sendo discutidos: a crise de transição da sociedade sustentada no capitalismo agrário para a sociedade baseada no capitalismo industrial; a reinterpretação da história social do Brasil; e o caráter da revolução burguesa (ou da revolução brasileira). Oliveira (2000, p. 155) afirmou que os produtores do conhecimento na academia brasileira foram influenciados por um período no qual “[...] foram estabelecidas as bases econômicas, políticas e sociais para a modernização do Brasil; foi construída a expectativa de que a aceleração do tempo histórico seria conseguida; foi desenhada a esperança de se alcançar a isonomia entre as culturas, de sermos iguais às nações centrais”. O pós-guerra, na realidade, compreendeu um período de intensa discussão acerca do desenvolvimento nacional, sendo possível verificar os desafios daquele momento também através da descrição de Ianni (1989, p. 98): “As transformações em curso na sociedade, em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, emergência de movimentos sociais e partidos políticos, governos e regimes, e sem esquecer as influências externas, criam e recriam desafios práticos e teóricos para muitos”.

A partir destas referências é possível perceber a importância dos desdobramentos da temática das transformações em curso no país abordados pela academia brasileira no seu espaço de pesquisa no

⁸ De acordo com Ianni (1989), a preocupação com as transformações da sociedade brasileira, na verdade, já estavam presentes desde a década de 1920.

período pós-guerra: “[...] o complexo das relações sociais próprio da esfera da produção de bens materiais e as desigualdades dos grupos sociais oriundas de sua inserção no processo produtivo foram reconhecidas e problematizadas [...], tornando-se objeto de pesquisas e reflexões” (VILLAS BÔAS, 1991, p. 32). Esta produção do conhecimento era um instrumento importante para a compreensão do processo de transformação da sociedade brasileira. Referindo-se às linhas temáticas que orientaram as pesquisas, a autora afirmou que a primeira abordou o Estado brasileiro (formação, ação e instituições); a segunda analisou as tradições culturais e os grupos étnicos; e, por fim, “a terceira vertente analisou os processos e as relações sócio-econômicas, as condições materiais de existência de grupos sociais, caracterizando-os em função de sua inserção no processo produtivo e focalizando as desigualdades sociais existentes entre eles” (VILLAS BÔAS, 1991, p. 24).

No conjunto de estudos ligados à primeira linha temática, identifica-se uma direção para as pesquisas acerca das questões e dos fatos políticos a partir da Economia Política, da Ciência Política e da História. A segunda vertente de estudos discutiu as questões e os fatos culturais da sociedade brasileira por meio, principalmente, da Antropologia. Por fim, as desigualdades socioeconômicas foram abordadas pela Economia Política e pela História Econômica e Social, além da Geografia Humana, da Demografia e da Sociologia. A autora concluiu, além disto, que a discussão destes temas não representou uma ruptura com o passado, já que estas questões eram debatidas desde o século XIX. Em sua opinião, os pesquisadores “[...] teriam dado continuidade a uma tradição de estudos sobre temas e problemas, principalmente políticos, mas também culturais, reatualizando-os, sem dúvida, sob a influência das mudanças econômicas, sociais e institucionais dos anos em foco” (VILLAS BÔAS, 1991, p. 36).

Por fim, a autora destacou que a produção dos pesquisadores nacionais convergiu para a análise das mudanças sociais, abrangendo a sociedade burguesa e as pequenas comunidades, além de investigações a respeito do meio rural a partir das relações e das condições de trabalho, das vinculações políticas, dos movimentos religiosos e dos conflitos no campo; e a respeito do meio urbano, com a constituição do operariado, da organização sindical e da moradia urbana. De acordo com Villas Bôas (1991)⁹, esse conjunto de estudos incluiu trabalhos de: Aroldo de Azevedo, Aziz Simão, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Emílio Willems, Evaristo de Moraes Filho, Fernando de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Francisco Iglésias, Giorgio Mortara, Horácio Lafer, Humberto Bastos, Inácio Rangel, João Lyra Filho, José Arthur Rios, Josué de Castro, Leo Waibel, Leôncio Martins Rodrigues, Luiz Aguiar Costa Pinto, Manuel Correia de Andrade, Manuel da Costa, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Miriam Ellis, Nelson Werneck Sodré, Oracy Nogueira, Otávio Ianni, Thales de Azevedo, entre outros.

Os temas desenvolvimento, luta de classes e integração nacional marcavam a produção do conhecimento dessas ciências, conforme indicaram Bomeny e Birman (1991), sendo que o tema do desenvolvimento sobressaiu nos estudos nesta área do conhecimento. As teorias que discutiam o desenvolvimento nos anos cinquenta e sessenta discorriam a respeito do processo de modernização, de industrialização e, até mesmo, de assimilação da cultura de países desenvolvidos. Tentavam compreender como ocorreu o movimento de passagem de uma sociedade tradicional, centrada no setor agrário-exportador, para uma sociedade moderna, tendo o setor urbano-industrial como central no seu dinamismo. Nenhum processo de mudança econômica e social poderia ocorrer, todavia, sem modificações nas estruturas sociais e políticas. Essas reflexões acerca do processo de desenvolvimento nacional concentraram-se a partir dos anos sessenta nos cursos de pós-graduação no Brasil e marcaram, em certa medida, a percepção que os pesquisadores brasileiros teriam deste processo de desenvolvimento no país e na forma de pensar o rural brasileiro. O processo de compreensão do desenvolvimento do país desde os anos cinquenta não podia ser construído sem considerar os referenciais propostos nas análises do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁰, das Nações Unidas, e, na década seguinte, da Escola de Sociologia da USP.

⁹ Aqui estão reunidos os economistas e os geógrafos que tinham a preocupação com questões relacionadas à economia e às condições socioeconômicas das regiões brasileiras, mas que também se voltaram para o estudo da questão agrária e do meio rural brasileiro.

¹⁰ De acordo com Santos e Baumgarten (2005, p. 186), “A CEPAL congregou grandes economistas latino-americanos - Celso Furtado, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel - e originou a criação do ILPES - *Instituto Latinoamericano de Planificación*

Em meados dos anos cinquenta, um grupo de intelectuais organizados em torno das preocupações econômicas, políticas, sociais e culturais da época criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), em 1953, que se transformaria mais tarde no ISEB, em 1955, e publicou os *Cadernos de Nosso Tempo*. A importância destas iniciativas foi a construção de um centro articulador de uma ideologia desenvolvimentista no Brasil. Um dos principais problemas analisados pelo grupo foi o populismo no campo político brasileiro. As análises do ISEB apresentavam semelhanças com as concepções cepalinas, caracterizando também a influência da CEPAL. Os autores que participaram destas instituições acabaram por influenciar uma geração de pesquisadores formados na academia brasileira.

Na opinião de Villas Bôas (1991), seria possível classificar a produção acerca do tema do desenvolvimento em dois grandes grupos: os estudos científicos realizados pela USP e as análises formuladas a partir de uma ideologia desenvolvimentista elaboradas pelo ISEB. É importante reter que no Brasil os processos econômicos, sociais e políticos gerados a partir de um processo histórico diferenciado dos países desenvolvidos resultaram num esforço do pensamento social nacional de compreensão da realidade brasileira. As reflexões sobre o moderno/atrasado, da CEPAL, e sobre a dependência, da USP, seguiam neste caminho. De um modo abrangente, tentavam compreender os processos de desenvolvimento e o papel do Estado, das elites, dos partidos políticos. Os grupos de trabalhadores urbanos e rurais eram percebidos apenas no contexto de integração com os demais atores.

Segundo Bresser Pereira (2005), os intelectuais do ISEB, num campo predominantemente político, pensavam o processo de revolução industrial e nacional, que se desenvolvia no país desde os anos trinta, a partir de uma interpretação nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista do Brasil e da própria América Latina. As mudanças políticas e econômicas que ocorreram no país também foram explicadas, mesmo em menor grau, pelos economistas da CEPAL através desta mesma interpretação:

A interpretação nacional-burguesa começa por uma crítica radical da interpretação da vocação agrária. A cultura brasileira é então definida como alienada, heterônima, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial. A partir dessa crítica, sem dúvida extremamente aguda, da cultura oligárquica e semicolonial que dominava o país, os novos intérpretes propõem-se a formular um projeto nacional para o Brasil: um projeto de industrialização e independência política (BRESSER PEREIRA, 1982, p. 274).

Apesar da generalização das características da interpretação nacional-burguesa, pode-se pensá-la como a manifestação de uma “ideologia modernizadora, desenvolvimentista e eficientista, da tecnoburocracia nascente no aparelho do Estado”. Em outro momento, o autor descreveu: “A ‘burguesia nacional’, em conflito com o imperialismo e especialmente o caráter ‘feudal’ da sociedade brasileira até 1930 eram construções ideológicas insustentáveis, às quais o Partido Comunista em especial aderiu de maneira decidida nessa época, transpondo assim para o Brasil, de forma mecânica, as etapas da história do marxismo vulgar ou estalinista” (BRESSER PEREIRA, 1982, p. 274).

Num campo predominantemente econômico, os intelectuais da CEPAL analisavam a marcha industrializadora dos países latinoamericanos dirigida pelo Estado. Fundamentavam economicamente a política de industrialização e criticavam severamente a Lei das Vantagens Comparativas pertencente à Escola Clássica da Economia:

Os dois grupos de produtores de ideias viviam em um contexto social e político que, desde a Grande Depressão dos anos 30, descrevia do liberalismo, fazia a crítica ideológica do mesmo apontando-o como instrumento dos países mais desenvolvidos, particularmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, e apostava em um protagonismo mais acentuado do Estado nacional na busca do desenvolvimento econômico. Dessa forma, atribuíam o subdesenvolvimento da região não apenas ao atraso decorrente da colonização mercantil da América Latina, mas também aos interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários, e entendiam que o desenvolvimento deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado. Suas teorias deram apoio teórico para o grande processo de desenvolvimento que caracterizou a América Latina entre 1930 e 1980. Nos anos 60 e início dos 70, porém, uma série de golpes militares nos países do Cone Sul levou os intelectuais latino-americanos de esquerda a afirmar a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, e a desenvolver uma teoria da dependência associada, consistente com esse pressuposto, que enfraqueceu o conceito de nação na América Latina (BRESSER PEREIRA, 2005, p. 201-202).

Económica y Social - em 1962, a partir do qual as teorias do desenvolvimento chegariam à planificação, mediante sucessivos cursos ministrados em Santiago do Chile e em outros países latino-americanos para formar os agentes do desenvolvimento”.

De um lado, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Michel Debrun, Alberto Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Ewaldo Correia Lima, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida – intelectuais do ISEB; de outro, Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares – intelectuais da CEPAL. Porém, todos acreditavam que o desenvolvimento deveria ser o resultado de uma estratégia nacional de industrialização (BRESSER PEREIRA, 2005). O ISEB, apesar de não ser uma instituição estritamente acadêmica, foi um importante centro de reflexão teórica e política no país. Os seus intelectuais, além de elaborarem uma reflexão múltipla a respeito da realidade brasileira, buscavam servir como um instrumento de ligação entre a reflexão intelectual e a política nacional. A partir da composição teórica de um projeto de desenvolvimento nacional, o ISEB foi um espaço de difusão do conhecimento sobre o Brasil (TOLEDO, 2005).

Nos anos sessenta, uma abordagem teórica distinta foi elaborada a partir da formação do grupo acadêmico liderado por Florestan Fernandes, na USP. Esses pesquisadores, a partir de uma reflexão predominantemente marxista até o final da década de 1970, preocupavam-se com a distribuição de renda, a marginalidade social, as classes sociais e a questão de gênero. A interpretação desse grupo estava vinculada à dependência associada (uma das versões da teoria da dependência), ao contrário do ISEB e da CEPAL, que compartilhavam a interpretação nacional-burguesa do país e concebiam o desenvolvimento atrelado à ideia da revolução nacional (BRESSER PEREIRA, 2005). A teoria da dependência, crítica à teoria do imperialismo, revelava que não havia uma burguesia local agindo pelos interesses nacionais e, nas suas demais versões, que o centro não seria desfavorável à industrialização. Em algum sentido estava sendo atribuída a responsabilidade maior pelo subdesenvolvimento às próprias elites locais, que não eram capazes de serem nacionais, do que, especificamente, aos possíveis obstáculos impostos pelo centro. Sendo uma teoria originalmente marxista, dava uma significativa ênfase à exploração de classes. Cardoso (1980) já havia indicado que a teoria da dependência analisava as classes sociais entremeadas no capitalismo dependente brasileiro.

Das diferentes versões da teoria da dependência – teoria original, teoria da dependência associada e teoria nacional-dependente –, a teoria da dependência associada tinha a sua base oriunda desse grupo de acadêmicos da USP. Cardoso e Faletto (1969), ao pensarem a dependência da América Latina dentro do modo de produção capitalista, analisaram a natureza política, econômica e social do desenvolvimento econômico destes países. Neste sentido, o Estado, no caso brasileiro, acabaria sendo um objeto importante de análise, seja na fase do populismo ou do autoritarismo militar, para compreender o processo de modernização da sociedade brasileira.

É importante destacar que o grupo de pesquisa dirigido por Florestan Fernandes, formado, no início, por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira, segundo Liedke Filho (2005), desenvolveu projetos coletivos de pesquisa orientados para o desenvolvimento urbano-industrial, democrático e racional do país. Neste sentido, as investigações estavam direcionadas para as relações raciais, a empresa industrial no estado de São Paulo e o próprio desenvolvimento do Brasil. O trabalho científico de Florestan Fernandes foi desenvolvido a partir da existência do seu grupo de pesquisa e de fontes de financiamento. Seria possível citar como exemplos os recursos da UNESCO para a investigação das relações raciais; e da Confederação Nacional da Indústria no projeto *Economia e Sociedade no Brasil* no início dos anos sessenta. Uma das principais contribuições deste grupo de pesquisadores para a academia que estava sendo construída no país foi “a história do desenvolvimento econômico das nações capitalistas dependentes”, originada a partir deste estudo. Segundo Martins (1998), em *Economia e Sociedade no Brasil* é possível encontrar a gênese de um projeto intelectual de formação das ciências sociais aplicadas e das ciências sociais brasileiras. A respeito deste projeto, Fernandes (2006) indicou que o grupo tinha quatro investigações: o empresário industrial; o Estado; o trabalho; e a urbanização e o crescimento econômico.

Ao se pensar em Florestan Fernandes como um dos intelectuais envolvidos, no Brasil, com o marxismo acadêmico e considerando a sua influência na formação de uma escola de pensamento social que teria uma repercussão nacional, poder-se-ia inferir que uma interpretação marxista do processo de formação e de transformação social no Brasil esteve presente no espaço de reflexão da academia brasileira, como afirmou Ianni (1989). Neste sentido, o debate a respeito de uma revolução burguesa, tão

presente nos estudos sociais dos anos setenta, não poderia ser proposto sem uma associação a um modelo analítico também apoiado no campo teórico marxista. A análise de Florestan Fernandes acerca da revolução burguesa no Brasil e da constituição e da expansão da sociedade de classe foi desenvolvida, em grande parte, nas obras *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e, principalmente, no livro *a Revolução Burguesa no Brasil*. A respeito deste último, o autor indicou que o livro era “[...] uma tentativa de explicar o próprio regime que prevaleceu na sociedade brasileira, o Estado, o tipo de Estado, a concentração de poder que alimentou o Estado” (FERNANDES, 2006, p. 48). A discussão acerca do Estado estava intimamente ligada à análise do surgimento e das transformações do capitalismo no país. Na opinião de Fernandes (2006), a revolução burguesa ocorria num contexto de dominação imperialista e sua compreensão contrariava a posição de Barrington Moore Jr.

Para Ricupero (2000), o marxismo no campo acadêmico brasileiro foi constituído a partir do final dos anos cinquenta. Segundo Liedke Filho (2005, p. 394), o “‘Seminário do Capital’¹¹, desenvolvido por um grupo de intelectuais majoritariamente da USP, [...] preparou também o caminho para a renovação teórico-metodológica e temática do final dos anos 60, particularmente em termos da formulação de estudos acerca da dependência”. Na opinião de Ricupero (2000), a partir deste período foram produzidos textos marxistas articulados por denominadores comuns, como uma linguagem relacionada com as condições de produção de ideias na academia. Assim, de acordo com o autor, “Apenas com o marxismo uspiano, ‘capítulo brasileiro do marxismo ocidental’, passa a existir um marxismo brasileiro¹², em razão de certos marxistas na década de cinquenta e sessenta finalmente terem sido capazes de formular uma explicação do Brasil” (RICUPERO, 2000, p. 105).

Numa proliferação de olhares a respeito das transformações capitalistas no Brasil, outras interpretações surgiram para tentar compreender este movimento de desenvolvimento do capitalismo, além da proposta de uma revolução burguesa, como as concepções de revolução passiva, de modernização conservadora, entre outras. Além de Florestan Fernandes, poder-se-ia citar também a presença de Caio Prado Junior e de Nelson Werneck Sodré como intelectuais que empregavam o marxismo nos campos intelectual e político para compreender as transformações da sociedade brasileira neste contexto de desenvolvimento do capitalismo no país. As influências destes cientistas, mas principalmente de Florestan Fernandes, foram significativas na produção intelectual de autores como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Francisco Weffort, Gabriel Cohn, entre outros. Vianna (1999) também destacou a influência weberiana nas interpretações sobre o processo de modernização brasileira como na análise do tema patrimonialismo de sociedade civil, por exemplo, desenvolvido por Florestan Fernandes e por Maria Sylvia de Carvalho Franco.

A institucionalização acadêmica e a problematização teórica ligada à investigação empírica marcaram, a partir dos anos cinquenta e sessenta, o pensamento científico nacional. Segundo Santos e Baumgarten (2005, p. 194), essa fase revelou o esforço intelectual de pesquisadores latinoamericanos acerca do desenvolvimento e das transformações sociais e políticas, como Aníbal Quijano, Antonio Candido, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Miguel Murnis, Octávio Ianni, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzalez Casanova etc., a partir de uma análise integrada e com determinadas características: “o método histórico-estrutural ou dialético; a consideração da historicidade do objeto de conhecimento; a análise dos fenômenos complexos de natureza internacional; a crítica radical do estrutural-funcionalismo; o interesse pelo marxismo como teoria totalizante para explicar a realidade da região”.

As diversas instituições citadas, portanto, contribuíram para a constituição do espaço de reflexão dos pesquisadores brasileiros, consolidado, principalmente, com os programas de pós-graduação, sendo que a influência teórica européia torna-se evidente. A articulação com o campo acadêmico internacional ocorreu com a vinda de missões estrangeiras e também com a formação de pesquisadores brasileiros no

¹¹ No período 1958-1964, vários intelectuais da USP, liderados pelo filósofo José A. Giannotti, como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Fernando Novais, Bento Prado, Paul Singer e Roberto Schwarz, entre outros, estudaram sistematicamente a obra *O Capital* de Karl Marx (RICUPERO, 2000).

¹² É importante salientar que a história do marxismo no Brasil é anterior ao período das reflexões acadêmicas na USP, sendo destacada, segundo Santos (2001), a tradição do “marxismo dos comunistas do PCB”.

exterior. Esse ambiente revelou o esforço de pensar as singularidades brasileiras, ou seja, propiciou o conhecimento e a adoção de determinados paradigmas teórico-metodológicos na análise de temas relacionados, por exemplo, ao meio rural brasileiro, criando um campo próprio de reflexão e pesquisa.

Em linhas gerais, observou-se a influência da perspectiva da classe dominante no período, a burguesia agrário-industrial, sendo revelada a partir do interesse por determinados temas, como desenvolvimento econômico, modernização, novas relações sociais, transformações do Estado etc.; por outro lado, a classe oposta, dos dominados rurais ou urbanos, também demandava uma reflexão a respeito do populismo, dos sindicatos, das reivindicações, das manifestações, da revolução etc. Assim, as linhas de pensamento do ISEB, da CEPAL, apesar de não serem instituições acadêmicas, e da USP sobressaíam, até porque era um momento de reflexão não apenas sobre o Brasil, mas sobre toda a América Latina.

É importante observar, no entanto, que as questões relacionadas ao subdesenvolvimento e ao processo de desenvolvimento dos países latinoamericanos não eram exclusivamente de interesse dos próprios países envolvidos¹³. O campo acadêmico nacional estava, muitas vezes, comprometido com as problemáticas suscitadas não apenas pelo campo político brasileiro. Foi neste sentido, por exemplo, que pesquisas relacionadas à questão agrária brasileira, entendida em torno do debate sobre o uso e a posse da terra, acabaram sendo financiadas com recursos de instituições estrangeiras, como foi o relatório apresentado pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), suborganismo da CEPAL, a respeito da posse e do uso da terra, associando-os com o desenvolvimento socioeconômico do setor rural, em 1966¹⁴.

4 O RURAL COMO OBJETO DE ESTUDO

Mesmo antes da discussão a respeito dos avanços urbano-industriais, as reflexões sobre o rural no Brasil produziram estudos que buscavam compreender diversos aspectos da sociedade brasileira, fortemente rural, como foi o caso de algumas obras de Joaquim Nabuco. No início do século XX, os escritos de Euclides da Cunha, de Sylvio Romero, de Arthur Orlando e de Oliveira Viana foram representativos na discussão das sociedades rurais. Na opinião de Diêgues Jr. (1962), foi a partir da década de 1930, todavia, que surgiram as contribuições mais expressivas, mas não exclusivamente no campo acadêmico: Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, entre outros.

Algumas obras e autores marcaram o rumo do esforço de construção de uma identidade nacional: *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Publicadas nos anos trinta, tornaram-se obras de referência na compreensão do processo de formação do Brasil contemporâneo e, neste sentido, precisavam compreender o meio rural do país. Estes autores procuraram, de acordo com Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 312), “[...] investigar como as matrizes sociais ordenadoras do mundo rural do Brasil colonial, especialmente a *grande lavoura (engenhos e fazendas)*, incidiam diretamente sobre os rumos da modernização do Brasil, justamente à época em que se aceleravam os processos de urbanização, de industrialização e de construção do Estado federal capaz de gerir os destinos da coletividade nacional”.

Os inúmeros estudos regionais realizados desde os anos trinta foram relevantes para a compreensão do rural brasileiro. Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 317), contudo, ressaltaram que a preocupação “[...] entre os escritores brasileiros chegou a impor a utilização de novos materiais empíricos e a mobilização de novas referências bibliográficas internacionais, mas não alterou de forma radical o tom ensaístico das publicações dos anos 1920 e 1930”. Dentre as diversas interpretações sobre a sociedade brasileira, duas marcaram os anos quarenta e cinquenta de acordo com Bresser Pereira (1982): a

¹³ A respeito da existência de um pensamento social e político latinoamericano e brasileiro, Ricupero (2000, p. 61), apoiado em indagações de dois cientistas sociais, Mariátegui (1991) e Faoro (1994), indicou que: “Quando pensamos o Peru, o Brasil ou a Argentina, o que de maneira geral fazemos é consumir o que os outros criaram quando consideravam as suas realidades. O que reflete o fato, como nota Faoro, de que aqui não existe um quadro conceitual autônomo”.

¹⁴ Este estudo foi uma demanda de organismos internacionais, visando buscar mecanismos de intervenção sobre a realidade na forma de políticas públicas, e exemplifica esta relação entre o campo acadêmico e o campo político.

interpretação da vocação agrária e a interpretação nacional-burguesa, indicada anteriormente. Segundo Meucci (2000), a preocupação com as populações rurais também marcou as primeiras sistematizações do conhecimento acadêmico no país, como nos estudos de Carneiro Leão, de Amaral Fontoura e de Fernando de Azevedo. Caberia à academia compreender qual seria o espaço ocupado por estas populações numa sociedade rumo ao processo de urbanização e de industrialização, como a brasileira. A questão apresentada pela academia, de acordo com a autora, era como integrar o meio rural ao progresso brasileiro, já que seu distanciamento dos objetivos da nação poderia comprometer o avanço do país como um todo. Com o impulso urbano-industrial e, ao mesmo tempo, o empobrecimento das regiões rurais, os pesquisadores temiam pelo deslocamento da população rural em direção às cidades. As soluções sugeridas por estes cientistas tinham o intuito de reter essa população ao campo através de atos que aumentassem o seu bem estar, como criação ou extensão de meios de transporte, comunicação, rede elétrica, saneamento, crédito e assistência técnica, mas principalmente uma educação rural; quanto ao aspecto da educação, seria uma tentativa de impedir que os valores e o modo de vida urbano estimulassem a saída dos jovens do meio rural¹⁵.

Em relação à produção sobre o rural no período 1945-1964, Villas Bôas (1997, p. 75), a partir da pesquisa do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, observou que ela podia ser dividida em dois momentos distintos, considerando os aspectos temáticos e metodológicos e os problemas de pesquisa: na primeira fase, observou-se o interesse pelo mundo rural a partir de temas como “as relações de patriarcas, senhores de engenho, coronéis, jagunços, parceiros, arrendatários e trabalhadores rurais” e a “convivência de novas e velhas relações de trabalho, as condições da propriedade rural e a influência do meio rural na vida política do país”; e, nos últimos dez anos, o crescimento industrial e a questão da modernidade passam a estar associados às análises sobre o meio rural brasileiro. Quanto ao primeiro momento, o interesse pelo meio rural como objeto de estudo poderia ser justificado, segundo Wanderley (1997), em razão de determinados fatores, como a discussão a respeito do papel do setor rural no desenvolvimento e a tentativa de solucionar as crises sociais oriundas das transformações agrárias. O segundo momento caracterizou-se por uma ampliação teórica da tradição de pensamento no país, pela adoção de uma concepção moderna de história e, por fim, pela preocupação dos pesquisadores com o papel que deveriam desempenhar numa sociedade em mudança (VILLAS BÔAS, 1997).

Diêgues Jr. (1962) destacou que os estudos sobre os problemas rurais brasileiros, produzidos com mais intensidade a partir dos anos cinquenta, e as pesquisas de campo contribuíram para o desenvolvimento dessas ciências no país. Além disto, este conhecimento foi possível com a contribuição da Economia, da Geografia, da História, da Antropologia e da Sociologia. Na década de 1960, o interesse passou a ser “[...] por pesquisas de caráter mais regional, nas quais se examinam determinados problemas como o do campesinato, o dos assalariados rurais, dos trabalhadores urbanos, das frentes de expansão e pioneiras” (MELATTI, 1984, p. 18). Nos anos sessenta e setenta, portanto, o campo acadêmico brasileiro analisou as questões agrícolas e agrárias, relativas às mudanças na base produtiva, nas relações técnicas de produção, nas relações de trabalho, nas formas de organização, nas relações setoriais; à existência de classes sociais no campo; às políticas públicas, entre outras. Em alguns momentos, a ênfase era dada a um conjunto de questões, cedendo espaço para outras no decorrer do tempo de acordo com interesses econômicos e políticos. Isto se refletia na própria existência de linhas de financiamento para pesquisas em determinadas áreas de interesse.

As indagações concernentes ao meio rural, principalmente aquelas relacionadas às relações sociais no campo, fizeram parte do espaço político desde os anos quarenta. Um dos motivos para isto ter acontecido, na opinião de Sigaud (1992), foi a emergência do movimento camponês. Por esta razão, houve um intenso debate sobre o caráter das relações de produção no meio rural – feudalismo *versus* capitalismo¹⁶ – no campo da Economia, da História e da Sociologia, desde meados do último século,

¹⁵ A dominação do modo de vida urbano sobre o mundo rural foi também um tema discutido por três pesquisadores franceses em relação aos anos sessenta à oitenta na França – Pierre Bourdieu, Patrick Champagne e Sylvain Maresca. Ver Bourdieu (2002) e Champagne e Maresca (1986).

¹⁶ As investigações sobre o atraso econômico de certas regiões rurais do país – entendidas como produto da sobrevivência de restos feudais ou do avanço do capitalismo no campo – como na disputa clássica entre Guimarães (1964) e Prado Jr. (1966), foram apresentadas no estudo de Palmeira (1971).

como destacaram Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 318): “Discutir o campo, nesse contexto, era discutir a própria formação do Estado e a capacidade deste de influir no destino do país: a modificação da estrutura agrária aparece como condição *sine qua non* para eliminar os obstáculos à industrialização e a toda modernização cultural e política a ela associada”.

O estudo de Palmeira (1971) é uma referência na análise do debate acerca da compreensão da natureza das estruturas e das relações sociais dominantes no meio rural brasileiro. Segundo o autor, a discussão a respeito dos restos feudais no meio rural, ou mesmo do feudalismo na história brasileira, estava presente desde a década de trinta. Todavia, foi apenas nos anos sessenta que passou a ter uma condição de questão pública:

Les discussions entre intellectuels et hommes politiques de gauche sur le problème, exposées dans des revues telles que Revista Brasileira et Estudos Sociais ont été pionnières dans ce sens là. Une série d'articles de PRADO JÚNIOR dans la Revista Brasileira, qu'il dirigeait, ont mené l'orthodoxie à chercher des bases nouvelles pour ses thèses. Le livre de Alberto PASSOS GUIMARÃES, Quatro Séculos de Latifúndio, paru en 1963, a fourni le meilleur exemple de cette tentative. Mais, en 1964, la même Revista Brasileira ouvrait ses pages à M. Andrew GUNDER FRANK qui, dans un long article sous le titre “L'Agriculture Brésilienne et le Mythe du Féodalisme” s'attaquait aux thèses orthodoxes avec une virulence peu commune.

Cependant, à l'ouvrage de PRADO JÚNIOR de 1966, A Revolução Brasileira, revient le mérite d'avoir donné effectivement au débat son caractère politique. En combattant la stratégie politique de la gauche brésilienne, cet auteur s'est attaqué surtout aux conceptions courantes sur la questions agraire. Répétant pratiquement SIMONSEN, il disait: “Le Brésil ne présente rien qu'on puisse désigner de façon légitime par ‘survivances féodales’”. Outre des nombreux comptes-rendus critiques dans des revues destinées au public cultivé, l'ouvrage a servi de prétexte pour la publication de deux petits livres et de nombreux documents politiques. Les thèses du VIème Congrès du Parti Communiste Brésilien (1967) vouées à la question agraire ont été, en bonne partie destinées à répondre à PRADO JÚNIOR (PALMEIRA, 1971, p. III-IV).

A reforma agrária também esteve presente como um tema central na discussão de um projeto de industrialização do país e de ampliação do mercado interno. Além disto, as imagens do camponês e do trabalhador rural passaram a ser construídas pela esquerda brasileira a partir de sua atuação junto a determinados grupos do meio rural. De acordo com Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 321), o debate acerca das “[...] transformações em curso no mundo rural estava, então, estreitamente vinculado à fala sobre a evolução da nação, enquanto comunidade econômica e enquanto comunidade política”. Segundo Martins (1986), as pesquisas, num primeiro momento, voltaram-se para a discussão das relações sociais de produção e da luta de classes no campo no processo de transformações capitalistas no país. Os pesquisadores analisaram a emergência de conflitos sociais no meio rural que sinalizavam o processo de expropriação da terra e o capital expulsando os trabalhadores rurais: a expropriação como o centro da questão política no meio rural. No debate em torno da questão fundiária, não era possível pensá-la como, simplesmente, um problema social isolado, já que ela integrava os processos sociais e históricos da sociedade brasileira. A percepção do autor dá algumas indicações das relações que são observadas no exame da sua produção do conhecimento e de outras investigações, permitindo supor, antecipadamente, que o marxismo transpassa essas análises.

Mesmo com a consolidação do setor urbano-industrial, o rural não deixou de ser um tema importante no pensamento social brasileiro. O desenvolvimento do país suscitou um interesse pelos aspectos próprios das transformações urbanas e industriais no conjunto de questões tratadas pela academia brasileira; todavia, os aspectos econômicos, sociais e políticos das relações e do ambiente rural não foram desprezados, mas, em alguma medida, passaram a exercer uma atração menor sobre os pesquisadores. Wanderley (1997, p.1), numa discussão a respeito do meio rural na atualidade brasileira, investigou como e por quais motivos as questões relativas a esse rural ainda orientavam o esforço de pesquisa destes cientistas, afirmando que “As preocupações crescentes sobre o meio ambiente, as representações a respeito do território nacional e do papel atual da agricultura no desenvolvimento, a busca de soluções para as crises sociais, especialmente associadas ao emprego e às transformações da agricultura, recolocaram a problemática da ruralidade no contexto das sociedades modernas”.

Além da pesquisa acerca dos temas indicados anteriormente, o próprio conhecimento sobre o rural tornou-se também um objeto de estudo, como na investigação de Palmeira (1971), que talvez tenha feito o primeiro grande balanço do debate em torno das diferentes versões existentes sobre a natureza da questão

agrária brasileira. Em razão da significativa dimensão da produção do conhecimento sobre o rural, de acordo com Sigaud (1992), diversos pesquisadores dedicaram-se a estudar determinados sub-temas ao longo dos anos oitenta, como mostraram José César Gnaccarini e Margarida Maria Moura na resenha acerca da estrutura agrária brasileira e sobre os temas analisados nas décadas de 1960 e 1970; Leonarda Musumeci, quando refletiu sobre os pequenos produtores, a modernização e as transformações sociais no campo; entre outros. Na opinião de Sigaud (1992), o denominador comum destes estudos foi a tentativa de compreender como as transformações das relações sociais no campo estavam sendo analisadas pelo campo acadêmico.

Gnaccarini e Moura (1983) indicaram a dificuldade em elaborar uma resenha dos estudos voltados para a estrutura agrária brasileira, num sentido amplo, em razão da amplitude do tema. Este assunto estava inserido na própria discussão sobre a constituição da sociedade brasileira. Além disto, o debate também transcendia o próprio espaço do campo acadêmico e dos limites disciplinares, já que este tema foi historicamente abordado por pesquisadores de diferentes formações, como economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, geógrafos, historiadores, agrônomos e literatos. Nos estudos analisados sobre a natureza das relações de produção no campo, por exemplo, percebia-se uma interpretação “militante”, ou seja, existia uma vinculação entre a esfera política e a esfera científica, como nos clássicos debates sobre a questão agrária e o capitalismo *versus* feudalismo. Associado a tudo isto, ainda verificou-se a intensa e rápida produção do conhecimento a respeito do tema. Todos estes aspectos, segundo os autores, serviram para constatar que “[...] o Brasil é, de algumas décadas para cá, uma sociedade e um Estado muito preocupados com a agricultura e as tensões sociais agrárias” (GNACCARINI e MOURA, 1983, p. 5).

Sigaud (1992) se debruçou sobre a produção acadêmica a respeito desse tema. Sua análise fundamentou-se na avaliação do que estava sendo revelado nos estudos e não na identificação de autores, temas e correntes teóricas. Segundo ela, a partir de uma preocupação central, a de analisar a expansão do capitalismo no campo, as pesquisas realizadas a partir da década de 1970 começaram a avaliar os sindicatos de trabalhadores rurais como processos organizados de lutas destes trabalhadores. Estes estudos identificaram as diferentes formas de organização do campesinato, dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos próprios movimentos sociais rurais, além das relações entre os representantes e os representados, das organizações da classe patronal, do papel da Igreja, as novas identidades sociais surgidas, a violência contra os camponeses e a reforma agrária como uma luta camponesa.

Santos (1991) realizou um estudo sobre a produção intelectual acerca do meio rural ao longo da década de 1980 e identificou as pesquisas com referência aos conflitos sociais, às lutas sociais e à violência como os principais eixos temáticos de investigação desenvolvidos na academia neste período. Em outro momento, Santos (1988) identificou, a partir de uma análise do objeto de estudo e das dimensões estratégicas utilizadas nas investigações sobre os movimentos sociais rurais, que os pesquisadores revalorizaram a dimensão espacial como um elemento dos conflitos agrários, indicaram a diversidade de atores sociais envolvidos nestas lutas e a presença de mediadores políticos e, por fim, salientaram as dimensões culturais e simbólicas nestes conflitos.

O esforço de avaliação do conhecimento produzido sobre o rural, segundo Sigaud (1992), indicou a preocupação dos pesquisadores com as novas problemáticas surgidas na academia. A autora pretendia, ao longo do seu estudo, indicar as condições sociais e materiais de ampliação do interesse acerca do rural, revelando as principais problemáticas e resultados. Os estudos da autora e de Santos (1988, 1991) demarcam um terreno de investigação deste tema, levantando questões relevantes e permitindo o aprofundamento desta temática.

Quanto à construção de um espaço de investigação sobre o rural, Miceli (1989) afirmou que o processo de desenvolvimento do campo institucional e intelectual vinculou-se à expansão das instituições universitárias públicas e ao volume de recursos governamentais direcionados à constituição de centros independentes de pesquisa. A consolidação dos programas de pós-graduação, segundo Vianna, Carvalho e Melo (1995), deu-se em razão da existência de políticas públicas orientadas para a formação de docentes. De acordo com Sigaud (1992), a existência de fontes de financiamento internas e externas às atividades de investigação também garantiu o conjunto de condições institucionais e materiais para que a constituição da pesquisa acadêmica no país lograsse resultados.

A partir do final dos anos sessenta e início da década seguinte, criou-se o espaço das atividades de pós-graduação, de pesquisa e de eventos científicos, desenvolvendo-se a difusão do conhecimento sobre o rural por meio de livros, artigos, teses, dissertações e comunicações em eventos científicos. Os produtores deste conhecimento eram economistas, mas também geógrafos, historiadores, cientistas políticos, antropólogos e sociólogos. Segundo Sigaud (1992), esse processo constituiu uma “população de especialistas” responsável pelo conhecimento sobre o rural no Brasil.

Um exemplo representativo de espaço de produção institucional sobre o rural foi o Centro de Estudos Rurais de São Paulo (USP), apresentado por Maria Isaura Pereira de Queiroz na revista francesa *Etudes Rurales*, em 1965:

Enfin, le Centre se propose d'intensifier les recherches sur les sociétés rurales du Brésil, à la fois dans une perspective typologique et par des monographies consacrées à des problèmes spécifiques.

Par ces travaux, on espère pouvoir aussi contribuer à la solution de problèmes pratiques: établissement de projets d'amélioration du niveau de vie des paysans; passage moins brutal que par le passé de l'économie de subsistance à l'économie de marché; intensification du développement général du monde agricole. Les membres du centre pensent, en effet, que la vie paysanne brésilienne – encore dominée par l'économie de subsistance et enserrée dans des formes traditionnelles de vie sociale – est inévitablement vouée à se transformer. Mais ils estiment que cette transformation ne doit pas s'accompagner nécessairement d'un appauvrissement et d'une désorganisation sociale, comme cela s'est produit jusqu'à présent (QUEIROZ, 1965, p. 9).

Após três anos, Queiroz (1968) expôs, nesta mesma publicação, uma relação dos principais trabalhos efetuados, agrupados por temas. Esta é também uma forma de perceber quais eram as indagações que estavam sendo feitas naquele momento pelos pesquisadores da USP. A autora dividiu os temas de pesquisa em dois grupos. No primeiro grupo, os principais temas eram: grupos de vizinhança; colonização das regiões mais novas e pequena propriedade; transformações socioeconômicas de mão-de-obra rural assalariada no estado de São Paulo; e grandes plantadores e grandes criadores. As pesquisas no segundo grupo eram divididas nos seguintes estudos: trabalho do Vale da Ribeira e Comissão de Estudos e Planificação para a Agricultura do Cacau (CEPLAC).

Segundo Martins (2006, p. 136), a USP teve uma tradição nos estudos a respeito do rural e a justificativa para esta tendência relacionava-se ao interesse acadêmico pelos “[...] grupos sociais no limite, tanto no campo quanto na cidade, em situação de mudança e transição, que viveram numa certa marginalidade histórica e social, que não estão no centro do acontecer social e político”. Como, historicamente, a população rural encontrava-se nesta situação, conforme afirmou o autor, tornou-se objeto de estudo. Além desta instituição, outros espaços foram indicados por Brumer e Santos (1994, 2000), como as “Escolas de Agronomia”, nos anos sessenta, que tiveram a influência da cooperação de universidades norte-americanas na criação de alguns cursos de pós-graduação no país: Universidade Federal de Viçosa (UFV); Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O objetivo do convênio entre essas universidades brasileiras e algumas universidades norte-americanas era promover, através das inúmeras investigações realizadas, o aumento da produção e a melhoria das condições de vida da população do meio rural com o intuito de impedir os conflitos sociais rurais. Enfim, a Economia Rural, além da Agronomia, da Veterinária e da Sociologia Rural, tinha o papel de auxiliar no projeto de modernização do setor agrícola brasileiro na tentativa de evitar a reforma agrária, segundo Brumer e Santos (1994, 2000).

A temática rural também esteve presente em fóruns de discussão científica, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, que sempre estimulou o debate acadêmico e defendeu a liberdade de pesquisa, inclusive durante o período do regime militar; a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), criada em 1973; e em fóruns próprios, como a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), fundada em 1959 e o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), criado em 1979 através de financiamento da Fundação Ford, com o intuito de criar um espaço específico de discussão acerca do rural (BRUMER e SANTOS, 1994, 2000). A consolidação do tema também pode ser verificada por meio da existência de sub-áreas específicas para o estudo da temática rural no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como é o caso da Economia (Economia Agrária e

dos Recursos Naturais). A existência de recursos oriundos de fontes como o CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Ford, as fundações estaduais de amparo à pesquisa, os outros órgãos governamentais e as fundações privadas foram responsáveis pela expansão do número de pesquisadores e de estudos ligados ao rural.

A temática rural pouco a pouco logrou sua consolidação como objeto de estudo na academia brasileira, fazendo parte com maior sistematicidade da pauta de investigação dos pesquisadores brasileiros na década de 1970. Esse debate, todavia, não partia de um marco zero. Antes deste período, já existia uma produção do conhecimento sobre o rural, principalmente, no campo ensaístico e político. O principal objetivo era compreender historicamente o processo de constituição da nação brasileira de um ponto de vista simultaneamente de sua identidade e de seu processo de desenvolvimento. Neste sentido, a sociedade brasileira foi compreendida a partir das contradições entre as relações sociais de produção, próprias da dinâmica do capitalismo, levando ao emprego do conceito de classe social e ao entendimento das várias dimensões do desenvolvimento. No entanto, somente com a formação dos programas de pós-graduação no Brasil, amparados por fontes regulares de financiamento, é que se constituiu um ambiente de produção do conhecimento científico a respeito desta temática. Foi neste espaço institucionalizado de pesquisa e de reflexão científica sobre a sociedade brasileira que se produziu uma pesquisa social que articulava o rural no país. Tal relevância pode ser verificada no número de teses e de dissertações elaboradas nos programas de pós-graduação no Brasil (MELO, 1997).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste artigo, o resgate da constituição do espaço de produção do conhecimento científico no Brasil revelou que ele estava intimamente vinculado às preocupações e aos referenciais teóricos dos centros acadêmicos de países europeus através das influências teóricas advindas com as missões estrangeiras, da formação de pesquisadores em programas de pós-graduação no exterior, de fontes de recursos financeiros para o estudo de determinadas problemáticas e do interesse por temas que trariam prestígio e reconhecimento no campo acadêmico nacional e internacional. A formação dos pesquisadores brasileiros ocorreu a partir de uma rede de relações constituída, difundindo influências teóricas responsáveis pela própria formação acadêmica no país. O sistema de ideias disponível para os pesquisadores foi construído, por um lado, a partir dos referenciais teóricos importados e, por outro, pelo conhecimento gerado nas próprias instituições de pesquisas acadêmicas no Brasil. Os pesquisadores problematizaram estas influências com o intuito de pensar a respeito do processo de formação e de transformação da sociedade em que viviam. É importante mencionar que essas transformações foram a base de compreensão de questões mais específicas em diferentes pesquisas científicas, como aconteceu com os estudos a respeito do rural brasileiro.

O pensamento acadêmico sobre o Brasil preocupava-se, desde a sua origem, com a identidade da sociedade brasileira. Neste processo de constituição do país como uma nação inserida na modernidade, o caráter das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais em curso desde a industrialização e a ascensão da burguesia industrial compuseram um dos núcleos dos estudos dos pesquisadores brasileiros. Foi neste contexto que uma parte da produção desses cientistas convergiu para as investigações a respeito do meio rural nacional. Garcia Jr. e Grynszpan (2002) haviam destacado que as reflexões a respeito do meio rural estavam intimamente ligadas à discussão sobre a formação do Estado brasileiro e, segundo os autores, as transformações da estrutura agrária tornaram-se uma condição imprescindível para excluir “os obstáculos à industrialização e a toda modernização cultural e política a ela associada”. Ou seja, a questão agrária estava inserida nas esferas política e econômica do país e, por conseguinte, a análise do desenvolvimento industrial brasileiro era inseparável da expansão do capitalismo no campo, levando às pesquisas sobre esse processo.

A partir da pesquisa realizada neste artigo, observou-se que a temática rural foi abordada a partir de diferentes perspectivas, refletindo a diversidade de problemáticas envolvidas. O exame desse conjunto de pesquisas revelou, a partir de diferentes olhares, as investigações acerca das transformações

capitalistas no campo, da modernização e da industrialização agrícola, da ação do Estado, da questão agrária, entre outros. Os pesquisadores brasileiros tentaram contribuir para o debate em torno de questões importantes para a compreensão do rural no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Castelos na areia: dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, 1930-1964. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-60, 2. sem. 1987.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.
- BELLUZZO, Luiz G. de M.; COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. v.1.
- BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia. As ciências sociais no Brasil. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 9-17.
- BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan, 2005. p. 201-232.
- _____. Seis interpretações sobre o Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 5, vol. 3, p. 269-306, 1982.
- BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais. In: PIÑEIRO, Diego E. (Comp.). **30 años de sociología rural en América Latina**. Montevideo: ALASRU, 2000. p. 33-69.
- _____. Por uma sociologia dos processos sociais agrários. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 3-8, 1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. Tensão social no campo e reforma agrária. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 12, p. 7-26, 1961.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: Siglo XXI, 1969.
- CHAMPAGNE, Patrick; MARESCA, Sylvain. **De la succession familiale a l'installation professionnelle**. Paris/Dijon: INRA/ENSSAA, 1986. 2 vols.
- CASTRO, A. B. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. São Paulo: Forense, 1969. vol. 1.
- CORRÊA, Mariza (Org.). **História da antropologia no Brasil: 1930-1960**. São Paulo/Campinas: Vértice/Unicamp, 1988.
- DIÊGUES Jr., Manuel. Nota sobre a sociologia rural no Brasil: aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual. **Sociologia**, São Paulo, vol. XXIV, n. 4, p. 245-258, dez. 1962.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (Orgs.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 13-48.
- FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. O processo revolucionário no Nordeste. In: FURTADO, Celso. **A dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA Jr., Afrânio; GRYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 2002. p. 311-348. 4 v.

GNACCARINI, José Cesar; MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-52, 1. sem. 1983.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, p. 31-58, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1964.

IANNI, Octavio. A constituição do proletariado agrícola. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 12, p. 27-46, 1961.

_____. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 13, p. 92-100, jun. 1990.

_____. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1989.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, n.14, p.376-437, jul./dez. 2005.

LIMONGI, Fernando P. **Revista de Sociologia**. São Paulo: IDESP, 1987. (Série História das Ciências Sociais, n. 1.)

_____. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 111-87.

LÖWY, Michael (Org.). **Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Existe un pensamiento hispano-americano? In: QUIJANO, Anibal (Comp.). **José Carlos Mariátegui**, Textos Basicos. México: Fondo de Cultura Economica, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

_____. **Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1998.

_____. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (Orgs.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 135-160.

MELATTI, Julio Cesar. A antropologia no Brasil: um roteiro. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-52, 1. sem. 1984.

MELO, Manoel Palácios Cunha. **As ciências sociais no Brasil**. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MICELI, Sergio. **A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Sumaré, 1990.

_____. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 5-19. 1 v.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Cosmo-Livraria Martins, 1967.

MUELLER, Charles C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.

NEIBURG, Federico. Espaços nacionais e circulação internacional de idéias. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.8, n.1, p.165-179, abr. 2002.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à região dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, 1972.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 53-55.

_____. Mestres e Discípulos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.15, n.42, p.155-158, fev. 2000.

PALMEIRA, Moacir. **Latifundium et capitalismo**: lecture d'un débat. 1971. Tese (Doutorado) – Faculté de Lettres et de Sciences Humaines, Paris.

PEIRANO, Mariza G. S. Por um pluralismo renovado. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais**: formação do cientista social no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 43-51.

PEIXOTO, Fernanda A.; SIMÕES, Júlio A. A *Revista de Antropologia* e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 46, n. 2, p. 383-409, 2003.

PONTES, Heloisa A. Brasil com Z. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 45-65, 1990. (Tema: História e Ciências Sociais).

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Le Centre d'Études Rurales de São Paulo (Brésil). **Études Rurales**, Paris, n. 16, p. 9, janvier-mars 1965.

_____. Le Centre d'Études Rurales de São Paulo: Activités récents – 1964-1967. **Études Rurales**, Paris, n. 31, p. 123-127, juillet-septembre 1968.

_____. O Brasil dos cientistas sociais não-brasileiros. In: CIÊNCIAS Sociais Hoje, 1990. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990. p. 65-97.

RANGEL, Ignacio. **A questão agrária brasileira**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

REFORMA Francisco Campos: ensino secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 60, n. 135, p. 428-455, jul./set. 1974.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 7-28, out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: ago. 2007.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Editora 34, 2000.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 415-447.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: CIÊNCIAS Sociais Hoje, 1991. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991. p. 13-51.

_____. Notas sobre a investigação sócio-antropológica do “rural” (o caso do Grupo de Trabalho Estado e Agricultura da ANPOCS). In: Encontro Anual da ANPOCS, 12., 1988, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ANPOCS, 1988. Versão preliminar para discussão.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; BAUMGARTEN, Máira. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. **Sociologias**, Porto Alegre, n.14, p. 178-243, jul./dez. 2005.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: TEMAS e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: IDESP / Rio de Janeiro: Sumaré, 1992. p. 30-42.

SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP-IE, 1996. cap. 1-3.

SILVA, Sérgio. Agricultura e capitalismo no Brasil. **Contexto**, n. 1, p. 29-30, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 53, p. 33-47, mar. 1999.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha. As ciências sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 27-63, 2. sem. 1995.

VILLAS BÔAS, Gláucia. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 73-80, 2. sem. 1997.

_____. A tradição renovada: reflexões sobre os temas das ciências sociais no Brasil, 1945-1964. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 21-41.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1997. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1997. Disponível em Disquete.